



Encontro  
da Rede **10**<sup>o</sup>  
de Estudos Rurais

**“Terra, Fome e Poder:  
Desafios para o rural contemporâneo”.**

27 a 31 de Agosto de 2023, UFSCar, São Carlos – SP

## AGRONEGÓCIO E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO PARÁ<sup>1</sup>

Éberton da Costa Moreira<sup>2</sup>  
Jamilly Brito Guimarães<sup>3</sup>  
Lucas Gabriel da Silva Moraes<sup>4</sup>

GT1: Transformações nos modos de vida, violência e formas de resistência no meio rural brasileiro

### RESUMO

O artigo analisa os conflitos socioambientais entre empresas produtoras de dendê e comunidades camponesas, indígenas e quilombolas no Nordeste do estado do Pará. Realizamos pesquisa de campo, com aplicação de entrevistas, em quatro municípios do Nordeste paraense e levantamento de dados secundários. As comunidades indígenas, quilombolas e camponesas do Nordeste Paraense disputam o acesso a terra, com as empresas Brasil BioFuels (BBF) e Agropalma. Para as comunidades, as empresas adquiriram terras através de fraudes, bem como, existem sobreposições de áreas. Por conta disso, têm havido conflitos que se desdobram, por parte das comunidades, na ocupação das propriedades das empresas, ao que estas reagem com a violência de seus seguranças armados e de uma “cruzada judicial” contra agentes públicos e lideranças comunitárias.

Palavras-chave: Indígenas. Quilombolas. Camponeses. Dendeicultura. Conflitos socioambientais.

---

<sup>1</sup> O artigo apresenta resultados de duas pesquisas de mestrado realizadas no Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas da Universidade Federal do Pará, somados a novos levantamentos empreendidos pelos autores.

<sup>2</sup> Universidade Federal de São Carlos, [costaeberton12@gmail.com](mailto:costaeberton12@gmail.com).

<sup>3</sup> Universidade Federal do Pará, [jamillyguimaraes19@gmail.com](mailto:jamillyguimaraes19@gmail.com).

<sup>4</sup> Universidade Federal do Acre, [lucasmgeo@gmail.com](mailto:lucasmgeo@gmail.com).

## INTRODUÇÃO

Os processos de consolidação e expansão da dendeicultura na microrregião Nordeste do estado do Pará, na Amazônia Oriental, foram possíveis graças aos incentivos estatais, que através de políticas públicas, impulsionaram a atividade (MOTA *et al.*, 2019). As principais políticas públicas que contribuíram para este fenômeno foram o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel e o Programa de Produção Sustentável do Óleo de Palma, lançados em 2004 e 2010, respectivamente. Muitos estudos demonstraram as transformações imediatas decorrentes deste processo, como o êxodo rural, o aumento da violência, as transformações no uso da terra e a consequente insegurança alimentar, bem como, as reorganizações nos estabelecimentos familiares (MACEDO; SOUSA, 2015; PONTES, 2017; RIBEIRO; SCHMITZ, 2018; SAMPAIO, 2014; SILVA, 2016).

Tais processos foram marcados pela apropriação de terras a partir de mecanismos como a agricultura por contrato e a compra de terras de camponeses da região (SILVA; MAGALHÃES; FARIAS, 2016). O mercado de terras funcionava mediante a participação de intermediários, que compravam chácaras, áreas de pastagens e estabelecimentos de camponeses e os georreferenciavam sob uma mesma propriedade para então repassá-los às empresas compradoras (BACKHOUSE, 2013; NAHUM; BASTOS, 2014; SOUSA, 2019). Os intermediários, eram, em geral, comerciantes, fazendeiros e seus funcionários e até mesmo políticos influentes nos municípios (BACKHOUSE, 2013; NAHUM; BASTOS, 2014; SOUSA, 2018). Porém, a regularidade das transações com terras é questionada, tanto por lideranças sindicais e quilombolas, quanto por especialistas (MOREIRA, 2022; SILVA, 2015).

Existem conflitos ativos entre as empresas e populações indígenas, quilombolas e camponesas. As comunidades afetadas denunciam que as empresas ocupam ilegalmente suas terras imemoriais (SILVA, 2020) e não respeitam as áreas de amortecimento entre os plantios e Terras Indígenas do entorno (DAMIANI *et al.*, 2020), bem como, poluem recursos hídricos (SILVA, 2020; MOREIRA, 2022). Em vista disso, o artigo objetiva analisar os conflitos socioambientais entre empresas

produtoras de dendê e comunidades camponesas, indígenas e quilombolas no Nordeste do estado do Pará.

Optamos pela abordagem que considera conflitos socioambientais “[...] aqueles ligados ao acesso, à conservação e ao controle dos recursos naturais, que supõem, por parte dos atores confrontados, interesses e valores divergentes em torno dos mesmos, em um contexto de assimetria de poder” (SVAMPA, 2016, p. 143). Para a autora, conflitos deste tipo representam perspectivas distintas sobre a natureza e o desenvolvimento, portanto, a análise a partir deste conceito nos leva a pensar as complexas e imbricadas relações entre o que se entende por desenvolvimento e por meio ambiente. É nesta perspectiva que voltamos o olhar para os conflitos entre empresas dendeicultoras e comunidades no Nordeste paraense, pois entendemos que há uma defesa do Estado de um tipo de desenvolvimento pautado na produção de *commodities* que desconsidera as populações locais, uma característica do neoextrativismo, conforme destaca Svampa (2019).

Em termos metodológicos, realizamos pesquisa bibliográfica, levantamento de dados secundários de fontes diversas (sítios governamentais, relatórios de ONGs, materiais jornalísticos, etc.), associados a pesquisa de campo, na qual foram realizadas entrevistas semiestruturadas com diferentes atores (camponeses, lideranças sindicais e quilombolas). A pesquisa de campo foi realizada em quatro municípios do NEP (Acará, Bujaru, Concórdia do Pará e Tomé Açu), entre os anos de 2019 e 2022. O texto está estruturado em três seções: esta introdução, a segunda onde analisamos os conflitos socioambientais recentes e as considerações finais.

## CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS RECENTES

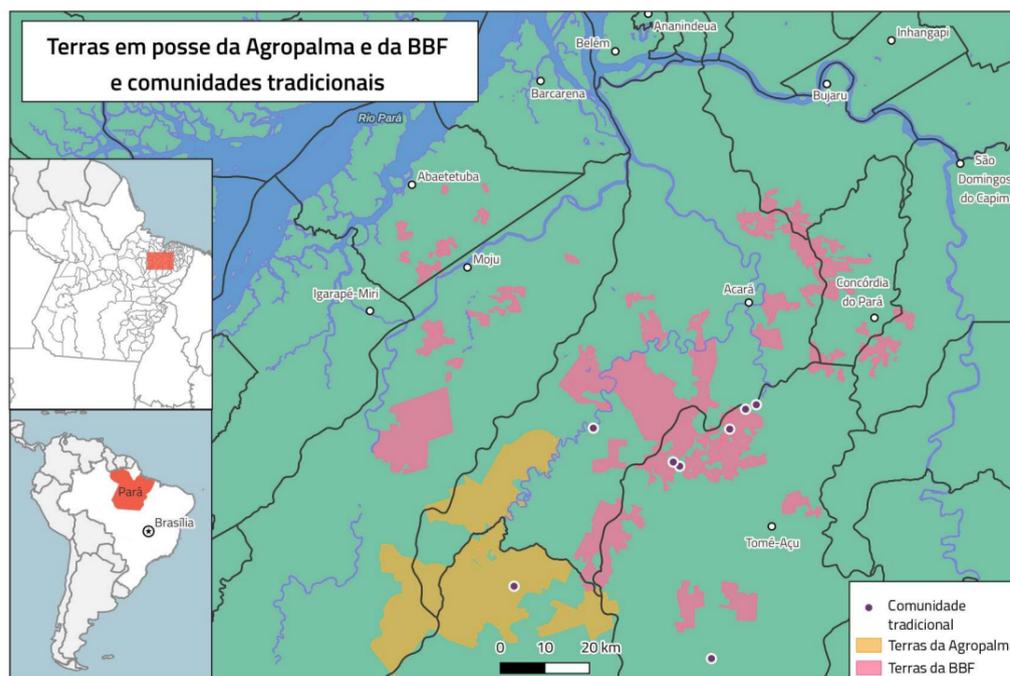
Há diversas causas para os conflitos entre as empresas e as comunidades locais. No entanto, a principal são as irregularidades referentes a propriedade da terra e a apropriação e uso de recursos, como a água. Neste caso, a poluição dos recursos hídricos é a principal causadora de conflitos. Em suma, todos apresentam um aspecto comum, a disputa pela propriedade e uso de recursos naturais, o que caracteriza-os, a nosso ver, enquanto conflitos socioambientais (SVAMPA, 2016).

Em Acará, os conflitos tomaram uma dinâmica própria: agricultores vizinhos aos dendezaís, na região de Bucaia e de Belenzinho passaram a cuidar dos plantios e realizar a colheita dos frutos, que, aparentemente, haviam sido abandonados pela Biopalma, antes da venda para a Brasil BioFuels (BBF), em 2020. Com a chegada da nova proprietária, que buscou reaver os plantios, houve confrontos violentos em outubro de 2021, entre os agricultores e os seguranças da empresa (O LIBERAL, 2021). Neste confronto, um homem foi gravemente ferido e hospitalizado, bem como, há relatos de agressões contra os agricultores.

Para a ocupação dos plantios e colheita da produção, os agricultores baseiam-se em duas narrativas: 1) de que a empresa não possui documentação que comprove a propriedade das áreas; e, 2) de que os plantios estavam abandonados, sem receber os devidos tratos culturais. Em campo, observamos, no início de 2021 que, de fato, as áreas de plantios em Bucaia careciam de tratos culturais e por isso, aparentavam um aspecto de abandono. Recentemente, dias após novo confronto no entorno da Fazenda Vera Cruz em 12 abril de 2023, o Ministério Público do Pará (MPPA) pediu a prisão do dono da BBF por crimes de tortura, que teriam sido cometidos por seguranças da empresa no confronto ocorrido de outubro de 2021 em Bucaia (G1 PARÁ, 2023).

Em meio aos conflitos, é necessário observar que, conforme lideranças entrevistadas, a legalidade da propriedade da terra pelas empresas na região é questionável, isso porque, há casos em que não houve a transferência de titularidade dos imóveis e os agricultores que venderam continuam a pagar o imposto sobre a terra (MOREIRA, 2022). Em relatório de 2022 a ONG Global Witness denunciou que boa parte dos plantios das duas principais produtoras de dendê da microrregião de Tomé-Açu (BBF e Agropalma) estão em terras sobrepostas a territórios de comunidades indígenas e quilombolas. Há suspeitas de fraudes na aquisição das terras, as quais são reivindicadas pelas comunidades (GLOBAL WITNESS, 2022).

Figura 3 - Terras sob posse da BBF e da Agropalma sobrepostas a de comunidades tradicionais no NEP.



Fonte: Global Witness (2022, p. 2).

Após a chegada da BBF, houve uma escalada nos conflitos com as comunidades indígenas Tembé, devido às sobreposições. Estamos diante de uma guerra sem grandes perspectivas de acordo. Indígenas da etnia Tembé, originários da região da microrregião de Tomé-Açu, sobrevivem entre tensões e conflitos por terra contra a BBF. Os indígenas estão cercados pelas plantações de dendê, muitas vezes sendo impedidos de acessar seu território, o que é proibido por lei, tendo em vista que estamos falando de uma terra indígena homologada e regularizada pelo Estado. Os indígenas denunciam que a empresa não respeita<sup>5</sup> a área de amortecimento e que existem plantios sobrepostos, o que tem causado degradação ambiental (diminuição da fauna e flora nativas, aumento de insetos e cobras peçonhentas, poluição de cursos d'água e risco de contaminação) e o aumento da sensação de insegurança (DAMIANI *et al.*, 2020).

Dados levantados pela Agência Pública, indicam que houve dois atentados contra indígenas em 2022: em setembro, um homem morreu e outro foi gravemente ferido e, em novembro, um grupo foi espancado por seguranças da empresa (AGÊNCIA PÚBLICA, 2023). Na mesma reportagem, foi denunciada uma “cruzada

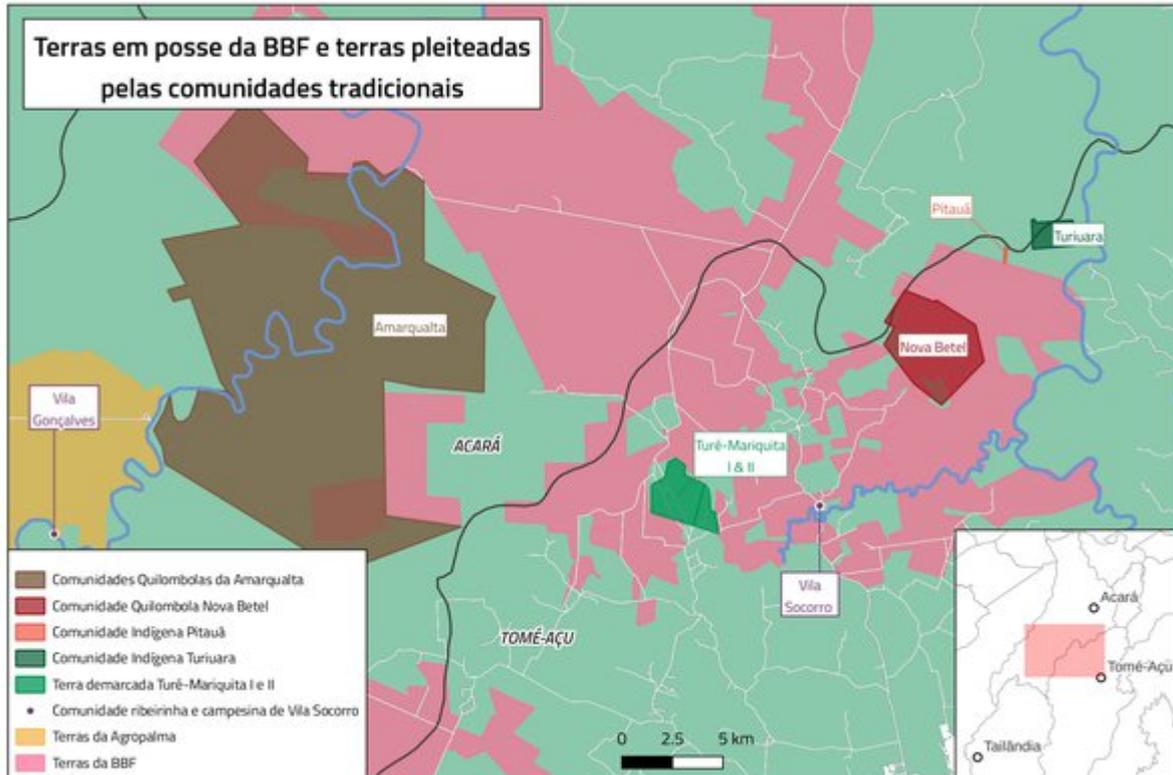
<sup>5</sup> Embora esta situação remeta à antiga proprietária dos plantios, a Biopalma, os confrontos com os indígenas só aumentaram após a chegada da BBF.

judicial” contra membros do MPPA, do Ministério Público Federal, agentes policiais e lideranças indígenas através da abertura de processos na justiça. Conforme a reportagem, só em 2021 foram registrados 134 boletins de ocorrência contra os Tembê.

No segundo semestre de 2022, conversamos informalmente com um homem, que migrou para a região de Tomé-Açu para trabalhar na colheita de frutos de dendê para os indígenas Tembê. Segundo o interlocutor, os indígenas haviam se organizado para a exploração dos plantios que estavam em seus territórios e isto acirrava os conflitos com a BBF.

As propriedades da BBF estão predominantemente localizadas na região de Acará e Tomé-Açu, que são vizinhas à terra indígena demarcada Turé Mariquita I e II, onde reside o povo indígena Tembê. Além disso, essas áreas também estão sobrepostas a terras reivindicadas pela comunidade quilombola Nova Betel, bem como pelas comunidades quilombolas Turé, Vila Formosa, 19 do Maçaranduba, Monte Sião, Ipitinga-Miri e Ipitinga-Grande, que juntas formam a Associação de Moradores e Agricultores Remanescentes de Quilombolas do Alto-Acará (AMARQUALTA), e por comunidades ribeirinhas e camponesas de Vila Socorro, além de outras comunidades camponesas menores (GLOBAL WITNESS, 2022).

Figura 4 - Terras em posse da BBF sobrepostas a terras de comunidades tradicionais



Fonte: GLOBAL WITNESS, 2022.

Assim como os Tembé, os quilombolas têm sido impedidos pelas empresas de entrar e sair de suas terras (G1 PARÁ, 2022). Há relatos de conflitos diretos entre seguranças das empresas e membros das comunidades por conta desta situação (O JOIO E O TRIGO, 2022). Na região dos conflitos, ao menos treze comunidades quilombolas lutam pela recuperação e/ou reconhecimento de seus territórios. Duas pesquisas atestam as transformações e os conflitos envolvendo as disputas pela terra entre quilombolas e as produtoras de dendê no Acará (SILVA, E., 2020; SILVA, J., 2020).

Há um conflito em curso nos municípios de Acará e Tailândia, no território que corresponde a Associação dos Ribeirinhos e Quilombolas das Comunidades da Balsa, Turi-Açu, Gonçalves e Vila Palmares do Vale do Acará (ARQVA). Os quilombolas alegam que a área de dendezaís da empresa é parte do seu território e que foi adquirida pela Agropalma através de grilagem. Eles então resolveram ocupar a área das reservas florestais sob domínio da empresa, ao que houve retaliação com o fechamento do acesso às comunidades (AGÊNCIA PÚBLICA, 2022). Ainda em fevereiro de 2022, houve uma audiência de conciliação na qual a

empresa admitiu a fragilidade dos documentos com base nos quais as terras foram adquiridas, o que indica a possibilidade de grilagem (G1 PARÁ, 2022). Ainda assim, a empresa tem alegado que os quilombolas cometeram crimes ambientais ao ocuparem as áreas de reserva e tem aberto denúncias criminais.

O Quadro 1 apresenta uma visão geral dos conflitos por terra em Acará, Tomé-Açu e Tailândia. Ao todo são aproximadamente 1.375 famílias de diferentes categorias que se encontram diretamente envolvidas em conflitos por terra no NEP. De acordo com a Global Witness (2022), 75% das terras da BBF estão sobrepostas ao território reivindicado pelo quilombo Nova Betel. A empresa é responsável pela maioria dos conflitos e atinge diretamente agricultores familiares, indígenas e quilombolas de Acará e Tomé-Açu. Os quilombolas também reivindicam 18.203 ha ocupados pela BBF em Acará e 22.972 ha ocupados pela Agropalma em Tailândia, considerando que os dendezeais ficam muito próximo às vilas de Gonçalves, Balsa, Nossa Senhora da Batalha, Turi-Açu e Palmares (GLOBAL WITNESS, 2022).

Quadro 1 - Conflitos por terra entre comunidades tradicionais e agroindústrias de dendê em 2022.

QUADRO 1 - CONFLITOS POR TERRA ENTRE COMUNIDADES TRADICIONAIS E AGROINDÚSTRIAS DE DENDÊ EM 2022				
Municípios	Localidades	Atores envolvidos	Causa do conflito	Número de famílias
Acará	Bucaia	Agricultores familiares e BBF	Abandono dos dendezeais	60
	Belenzinho			
Acará	Vila Formosa	Quilombolas e BBF	Sobreposição de terras	398
	Turé			
	19 do Maçaranduba			
	Monte Sião			
	Ipitinga-Miri			
Ipitinga-Grande				
Acará	Turé-Mariqui	Indígenas	Sobreposição	47

	ta I e II	e BBF	o de terras	
<i>Acará</i>	Balsa	Quilombolas e Agropalma	Sobreposição de terras	650
	Turi-Açu			
	Gonçalves			
<i>Tomé-Açu</i>	Nova Betel	Quilombolas e BBF	Sobreposição de terras	40
<i>Tailândia</i>	Vila Palmares	Quilombolas e Agropalma	Sobreposição de terras	180

Fontes: Agência Pública (2022); G1 PARÁ (2022); CPT (2022); ITERPA (2022).

Dos territórios apresentados no Quadro 1, encontram-se com processo de regularização em andamento o caso das áreas reivindicadas pela AMARQUALTA (Vila Formosa, Turé, 19 do Maçaranduba, Monte Sião, Ipitinga-Miri e Ipitinga-Grande) e do quilombo Nova Betel. Parte do território da AMARQUALTA que está sob jurisdição do Governo do Estado já foi titulada pelo ITERPA em outubro de 2022, que concedeu títulos a mais de 300 famílias. De acordo com o advogado responsável pela defesa dos quilombolas do Alto Acará, a outra parte do território (sob jurisdição do Governo Federal) ainda está em disputa com a BBF, por isso o conflito continua acirrado.

Recentemente, no dia 01 de junho, lideranças das associações do território indígena Tembé Turé-Mariquita, do território quilombola Nova Betel, representantes da MALUNGU, da AMARQUALTA, do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), da FUNAI Belém, do Governo Municipal, membros da Defensoria Pública do Estado, da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH) e advogados da BBF, se reuniram em Tomé-Açu para uma “tratativa dialogada na busca de decisões consensuais entre indígenas, quilombolas e a empresa BBF [...] no intuito de contribuir para ressignificação das formas como os conflitos vêm sendo tratados na região”, conforme descrito em Convite Circular do MPPA, de maio de 2023.

Os conflitos socioambientais, que demonstram a disputa pela terra, refletem a materialização do neoeextrativismo (SVAMPA, 2019) no Nordeste paraense, numa

lógica onde os interesses econômicos prevalecem sobre os modos de vida e direitos de comunidades tradicionais amazônicas. As tentativas por parte do Estado - principal responsável pelas dinâmicas socioterritoriais recentes - não têm sido eficientes até o momento e o atual cenário demonstra que a 'guerra do dendê' está longe do fim. Por outro lado, o contexto até aqui apresentado e a conquista recente de parte do território pelos quilombolas de Acará, são provas de que essas comunidades estão organizadas e resistem apesar das dificuldades.

A dinâmica dos conflitos revela também outro aspecto bastante debatido: a sustentabilidade da dendeicultura. Por um lado, há alguns estudos que indicam que trata-se de uma atividade que segue protocolos internacionais de sustentabilidade e que é uma alternativa de reflorestamento e desenvolvimento rural sustentável (FERREIRA; ACEVEDO-RAMOS, 2020; SILVA JUNIOR, 2020). Por outro, há perspectivas críticas a instalação dos empreendimentos, que foram responsáveis pelo aumento do desmatamento em um município da região (SILVA, J., 2020), assim como, estudos demonstram que a degradação ambiental de territórios ancestrais quilombolas e indígenas são a principal causa de conflitos entre as empresas e as comunidades (SILVA, E., 2020; DAMIANI *et al.*, 2020). Em campo, foi-nos relatada a poluição de ao menos dois igarapés nos municípios do Acará e Concórdia do Pará, o que tem representado riscos a reprodução social das comunidades afetadas, seja pela contaminação e extermínio de peixes ou pelo adoecimento das pessoas que entram em contato com a água.

Nesta direção, entendemos que há uma disputa de sentidos acerca da sustentabilidade e do desenvolvimento. Trata-se de empreendimentos que foram impulsionados por políticas elaboradas seguindo uma perspectiva de desenvolvimento baseada na lógica do neoextrativismo (SVAMPA, 2019), pois visavam a produção de *commodities* e sustentavam-se num discurso de desenvolvimento para as comunidades, desconsiderando as perspectivas das mesmas (MOREIRA, 2022).

Ademais, se por um lado, apresentavam-se como possibilidade de desenvolvimento sustentável e uma alternativa para o reflorestamento, passou-se a considerar que as práticas agrícolas tradicionais da região, baseadas na agricultura de corte e queima, eram insustentáveis e atrasadas. Por fim, nota-se uma grande

disparidade de poder nas disputas locais, haja vista que, se de um lado, há empresas com seus seguranças armados e seus times jurídicos perpetrando denúncias; de outro, as comunidades resistem a duras custas, ocupando as áreas, denunciando aos órgãos competentes e contando com o apoio de ONGs e assessorias jurídicas das associações com atuação limitada.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No artigo, analisamos os conflitos socioambientais entre empresas produtoras de dendê e comunidades camponesas, indígenas e quilombolas no Nordeste do estado do Pará. No estudo, de natureza qualitativa, realizamos trabalho de campo com a aplicação de entrevistas em quatro municípios: Acará, Bujaru, Concórdia do Pará e Tomé Açu, somados a dados secundários oriundos de matérias jornalísticas, relatórios de ONGs e outros documentos disponíveis em sítios governamentais.

Quase duas décadas após o lançamento do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, primeiro propulsor das empresas de dendê naquela região, há muitos conflitos ativos entre as empresas produtoras de dendê e as comunidades indígenas, quilombolas e camponesas. No texto, discutimos aqueles que envolvem a Brasil BioFuels e a Agropalma, duas das principais produtoras, e as comunidades. Estas últimas reivindicam a titularidade das terras nas quais as empresas possuem plantios de palma e há sobreposições aos seus territórios. Soma-se a isso, denúncias de poluição de recursos hídricos.

Argumentamos que tratam-se de conflitos socioambientais, pois são evidentes as disputas em torno do acesso a recursos (terra e água) e das noções de desenvolvimento e sustentabilidade. Por um lado, as comunidades resistem a partir da ocupação das áreas das empresas, da colheita de frutos de áreas sobrepostas a Terras Indígenas ou daquelas nas quais há dúvidas quanto à titularidade (Bucaia) e das denúncias junto aos órgãos competentes. Por sua vez, as empresas reagem com violência, chegando a troca de tiros e a espancamento aos camponeses, como ocorreu em Bucaia, e ainda, através das muitas denúncias contra funcionários públicos e lideranças comunitárias. A escalada de violência demonstra ainda que há uma enorme disparidade de poder nas disputas em curso na região.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA PÚBLICA. BBF faz cruzada judicial contra autoridades que investigam conflitos em dendezaís no PA. 2023. Disponível em: <https://apublica.org/2023/01/bbf-faz-cruzada-judicial-contra-autoridades-que-investigam-conflitos-em-dendezaís-no-pa/> acesso em maio 2023.

AGÊNCIA PÚBLICA. Com inércia do governo, empresas do dendê avançam sobre terras públicas da Amazônia. 2022. Disponível em: <https://apublica.org/2022/08/com-inercia-do-governo-empresas-do-dende-avancam-sobre-terras-publicas-da-amazonia/>. Acesso em: 09 jun. 2023.

BACKHOUSE, M. A desapropriação sustentável da Amazônia. O caso de investimentos em dendê no Pará. Fair Fuels? Working Paper 6, Berlin, 2013.

CPT. Comissão Pastoral da Terra. Conflitos no campo: Brasil 2021. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Goiânia: CPT Nacional, 2022. 269p.

DAMIANI, S.; GUIMARÃES, S. M. F.; MONTALVÃO, M. T. L.; PASSOS, C. J. S. "Ficou só Chão e Céu": Dendeicultura e Impactos Socioambientais sobre Território Tembê na Amazônia. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, São Paulo, v. 23, p. 1-24, 2020.

FERREIRA, Susane CG; AZEVEDO-RAMOS, Claudia. A sustentabilidade na cadeia produtiva de óleo de palma no Brasil: o caso da Agropalma (Paper 464). *Papers do NAEA*, v. 29, n. 1, 2020.

G1 PA. MP pede prisão preventiva de dono da BBF e chefe da segurança por tortura, roubo e dano no Pará. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2023/04/26/mp-pede-prisao-preventiva-de-dono-da-bbf-e-chefe-da-seguranca-por-tortura-roubo-dano-no-para.ghtml> Acesso em maio 2022.

G1 PARÁ. Vídeos mostram quilombolas encurralados por seguranças encapuzados de fornecedora de dendê no PA. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2022/02/08/quilombolas-relatam-que-estao-encurralados-por-seguranças-encapuzados-de-empresa-fornecedora-de-dende-no-para.ghtml>. Acesso em: 09 jun. 2023.

GLOBAL WITNESS. A sombra do dendê. 2022. Disponível em: <https://www.globalwitness.org/pt/amazonpalm-pt/>. Acesso em: 09 jun. 2023.

ITERPA. Instituto de Terras do Pará. Título de Reconhecimento de Domínio Coletivo de outorga à Associação de Moradores e Agricultores Remanescentes Quilombolas do Alto Acará - Amarqualta. 2022. Disponível em: [https://cpisp.org.br/wp-content/uploads/2017/03/T\\_Amarqualtalterpa2022.pdf](https://cpisp.org.br/wp-content/uploads/2017/03/T_Amarqualtalterpa2022.pdf) acesso em 01 julho 2023.

MACEDO, C. O.; SOUSA, R. B. de. Novos projetos, velhas práticas: os impasses entre agricultura camponesa e agronegócio do dendê em terras amazônicas. *Tempos Históricos*, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 302-331, 2015.

MOREIRA, E. C. Para onde foram os camponeses? As reconfigurações nas estratégias de reprodução social após venda dos estabelecimentos no processo de expansão da dendeicultura na Amazônia paraense. 2022. 143 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) - Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2022.

MOTA, D. M. da; SCHMITZ, H.; MOURÃO JÚNIOR, M.; GOMES, D. L. Dendê, mandioca, outras culturas: agriculturas em disputa no Nordeste Paraense. In: CASTRO, Edna. *Pensamento crítico latino-americano*. São Paulo: Annablume, 2019.

NAHUM, J. S.; BASTOS, C. Dendeicultura e descampesinização na Amazônia paraense. *CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária*, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 469-485, 2014.

O JOIO E O TRIGO. No Pará, quilombolas são encurralados por seguranças armados e encapuzados de fornecedora da Nestlé. 2022. Disponível em: <https://ojoioeotrigo.com.br/2022/02/quilombolas-encurralados-por-seguranças-armados-e-encapuzados-da-agropalma-fornecedora-de-oleo-de-palma-para-nestle/>. Acesso em: 09 jun. 2023.

O LIBERAL. Agricultores do Acará denunciam ataque de seguranças da Brasil Bio Fuel. 2021. Disponível em: [oliberal.com/policia/agricultores-do-acara-denunciam-ataque-de-seguranças-da-brasil-bio-fuel-1.441474](https://oliberal.com/policia/agricultores-do-acara-denunciam-ataque-de-seguranças-da-brasil-bio-fuel-1.441474). Acesso em: 12 março 2022.

PONTES, D. L. R. Resistência camponesa à agroindústria do dendê na comunidade Conceição do Guajará em Bujaru/PA. 2017. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) - Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2017.

RIBEIRO, L. C.; SCHMITZ, H. Associações quilombolas e resistência à agroindústria do dendê na Amazônia paraense. *Revista Caribeña de Ciencias Sociales*, [S. l.], maio 2018.

SAMPAIO, I. C. A agricultura familiar e a agroindústria do dendê no município de Tomé-Açu (PA): efeitos da agricultura por contrato na produção e no trabalho familiar. 2014. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, 2014.

SILVA, E. M. da. Expansão da dendeicultura e transformações nos sistemas de produção familiares na Amazônia Oriental. 2016. 124 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) - Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2016.

SILVA, E. P. da. Agroestratégias e monocultivo de dendê: a transferência silenciosa de terras da reforma agrária para o grande capital na Amazônia Paraense. 2015. 242 f. Dissertação (Mestrado em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

SILVA, E. P. da. Necrosaber e regimes de verificação: governamentalidade bioeconômica da plantation do dendê no Brasil e na Colômbia. 2020. 382 f. Tese (Doutorado em Ciências: desenvolvimento socioambiental) - Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2020.

SILVA, E. P. da; MAGALHÃES, S. B.; FARIAS, A. L. A. de. Monocultivos de dendezeiros, capital transnacional e concentração de terras na Amazônia paraense. *Campo - Território: Revista de Geografia Agrária*, [S.l.], v. 11, n. 23 jul., 12 set. 2016.

SILVA, J. M. O. da. O território quilombola do Alto Acará/PA como resistência à expansão do agronegócio do dendê. 2020. 192 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, São Paulo, 2020.

SILVA JUNIOR, J. R. B. A inserção da matriz produtiva do dendê em áreas antropizadas: aspectos relevantes na perspectiva da dimensão ambiental. *Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental*, v. 9, n. 2, p. 37-56, 2020.

SOUSA, R. B. de. Campesinização e resistências ao agronegócio do dendê no nordeste paraense. *Revista NERA, Presidente Prudente, SP*, v. 22, n. 49, maio-ago, 2019.

SOUSA, R. B. de. Recriação camponesa e o agronegócio do dendê no Nordeste Paraense. 2018. 349 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2018.

SVAMPA, M. Extrativismo neodesenvolvimentista e movimentos sociais. Um giro ecoterritorial rumo a novas alternativas? In: DILGER, G.; LONG, M.; PEREIRA FILHO, J. *Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

SVAMPA, M. *As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências*. São Paulo: Editora Elefante, 2019.